



RESOLUÇÃO

PROVA INSS 2008 - TÉCNICO

Respostas Comentadas - Cargo 18 - Caderno Vermelho

CONHECIMENTOS BÁSICOS: Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Noções de Informática, Atualidades, Ética, Regime dos Servidores Públicos e Previdência.	
01 C	Por se tratar de uma crônica, a linguagem coloquial é permitida.
02 E	Pois o verbo <i>chegar</i> exige essa regência e a semântica não se alterou.
03 E	Pelas regras da concordância nominal o correto seria <i>é expressamente proibida</i> .
04 C	Pois os dois verbos em questão possuem o mesmo sujeito – <i>funcionários</i> .
05 C	Pois a expressão <i>essa situação</i> retoma a questão de expectativa de vida referida nos períodos anteriores.
06 E	$E(0) = 42.0 + 70,5 = 70,5$ $E(0)$ deveria ser 42 e não 70,5
07 C	Se duplicarmos a esperança de 1910, iremos obter 68 como a expectativa de 2000 e a expectativa de 2000 é 70,5, isto é superior a 100% conforme afirmado.
08 E	No Brasil, o aumento da esperança de vida ao nascer não atinge de maneira uniforme todas as classes sociais, pois esse indicador, em função da inclusão do Brasil na Doutrina Neoliberal, utiliza-se de renda familiar como parâmetro de medição das condições socioeconômicas.
09 E	1980 a 2000: crescimento de aprox. 9 anos Mantido esse crescimento, de 2000 a 2020 teremos a esperança em torno de 80 anos
10 C	A expectativa de vida do brasileiro ao nascer e os indicadores socioeconômicos compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é usado como parâmetro para medir a qualidade de vida nos municípios e regiões brasileiras e nos diversos países do mundo.
11 E	Somente na previdência do Regime Próprio do Servidor Público é que se admite contribuição sobre os benefícios (art. 40 da CF)
12 C	Previsão expressa do art. 295 do Decreto 3048/99, que admite representação da sociedade e do Poder Público
13 E	A universalidade recai principalmente sobre o ramo da Saúde, pois Assistência e Previdência possuem requisitos limitadores – art. 194 da CF
14 E	Uma vez que, pela influência neoliberal que vigora no Brasil, não há grande preocupação com os menos favorecidos, situações socioeconômicas, que não é característica marcante da Seguridade Social brasileira. Além do que não se encontra na constituição as regras específicas para os empregados domésticos, e sim na lei 8213/91
15 E	Não existem benefícios pagos aos urbanos e não aos rurais, o que existe, é um conjunto de regras distintas para o recebimento dos mesmos benefícios, considerando as peculiaridades de cada tipo de trabalho, todavia, com um tratamento equivalente (art. 194 da CF)
16 C	Existem outras políticas sociais que não fazem parte da seguridade Social



17 C	Possibilidade prevista pelos princípios constitucionais do art. 194 da CF, que possuem como pano de fundo o tratamento isonômico.
18 E	Sendo que, os brasileiros com idade de 65 anos ou mais, não são incluídos na chamada população economicamente ativa, composta de pessoas que estão trabalhando e que, portanto, são os principais contribuintes da previdência social.
19 E	No gráfico, aparece de 1970 a 2000 sem variações na população com 65 anos ou mais, contradizendo a tabela.
20 E	Por ter o Brasil uma composição social marcadamente com desigualdade social. essa característica existe desde o povoamento do país e, fundamentalmente, entre os anos de 1940 e 1970, período de consolidação da Industrialização Brasileira.
21 E	Analisando o envelhecimento de 1980 ($4/38,2 = 10,5\%$ aproximadamente) e o envelhecimento de 2000 ($5,8/29,6 = 19,59\%$). Nota-se que a taxa apontada no item do ano 2000 está errada.
22 E	Sequência: 54,9 ; 55,6 ; 54,6 ; ... Razão: $55,6 - 54,9 = 0,7$ $54,6 - 55,6 = -1$ (não é P.A)
23 C	O que justifica a resposta é o emprego do demonstrativo esse;
24 C	A afirmativa em questão vem comprovada na linha 8 do texto. É correto afirmar que há países europeus em que a força de trabalho, em relação ao total da população, já se reduziu. Isso até hoje é bem visível na Alemanha, França e Itália.
25 E	As expressões <i>um pouco</i> e <i>pouco</i> têm semânticas diferentes;
26 E	O texto I encerra considerando a questão da aposentadoria um problema; no texto II a entrevistada responde à pergunta – a qual retoma a afirmativa final do texto I – com a afirmação <i>isso é um engano</i> ;
27 E	De acordo com o texto, $V(A) = V$ e $V(B) = F$. Assim, teremos para a sentença $\neg A \rightarrow \neg B$: <div style="text-align: center;">$\begin{array}{ccc} F & & V \\ \neg A & \rightarrow & \neg B \\ V & & \end{array}$ E para $A \rightarrow B$: $\begin{array}{ccc} V & & F \\ A & \rightarrow & B \\ F & & \end{array}$</div>
28 C	De acordo com o texto, $V(A) = V$ e $V(B) = F$. Assim, teremos para a sentença $A \vee B$: <div style="text-align: center;">$\begin{array}{ccc} V & & F \\ A & \vee & B \\ V & & \end{array}$</div>



29 E	<p>De acordo com o texto, $V(A) = V$ e $V(B) = F$. Assim, teremos para a sentença $A \rightarrow B$:</p> <table><tr><td>V</td><td></td><td>F</td></tr><tr><td>A</td><td>\rightarrow</td><td>B</td></tr><tr><td>F</td><td></td><td></td></tr></table>	V		F	A	\rightarrow	B	F		
V		F								
A	\rightarrow	B								
F										
30 E	<p>O enunciado está incorreto. Isto porque não cabe ao Presidente da República realizar revisões dos trabalhos feitos pela CEP, mas sim à casa civil da presidência da república. Em outras palavras, o enunciado está incorreto porque diz que seria o presidente da república, diretamente (pessoalmente), o responsável por prestar apoio técnico à CEP, quando, em verdade, tal medida é incumbência da casa civil da presidência, nos termos do parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto n.º 6.029/2007.</p>									
31 C	<p>Realmente a CEP funciona, sem prejuízo de outras atribuições, como órgão consultivo do Presidente da República, sendo responsável pelo aconselhamento do mesmo, conforme artigo 4º, inciso I, do Decreto n.º 6.029/2007.</p>									
32 C	<p>O enunciado está correto, respeitando integralmente o disposto no artigo 3º, do decreto mencionado no item anterior. Veja, então, que o presidente da Comissão de Ética Pública (CEP) tem voto de qualidade nas deliberações. Em outras palavras, quando determinado assunto estiver em votação na CEP – provavelmente analisando se a conduta de alguém violou ou não as normas de ética – o voto do Presidente da CEP será de “qualidade”, tendo um peso maior que os outros, geralmente funcionando como critério de desempate.</p>									
33 C	<p>O enunciado está correto porque é dever de todo e qualquer servidor público dar tratamento adequado ao público, especialmente quando o servidor em questão está vinculado à CEP que tem por postulado básico a garantia da ética. Deste modo, a atuação do servidor público deve sempre se pautar na transparência, fazendo com que as informações necessárias – desde que não sigilosas – cheguem ao conhecimento do cidadão com facilidade. Por isso a sugestão de Renata é elogiável e se amolda perfeitamente a esse dever.</p>									
34 E	<p>O documento é certamente uma ATA. Não é um RELATÓRIO.</p> <p>A ATA é o registro resumido e claro, exato e metódico de fatos, ocorrências, resoluções e decisões de assembleias numa sessão de corpo deliberativo ou consultivo, conselhos, congregações, ou outras entidades semelhantes, de pessoas reunidas para determinado fim.</p> <p>RELATÓRIO contém informações sobre tarefas executadas e/ou sobre fatos ou ocorrências, inquéritos e sindicâncias. Só recebem essa designação aqueles documentos que apresentam certas características formais e estilísticas próprias: título, abertura (origem, data, vocativo etc.) e fecho (saudações protocolares e assinatura).</p>									
35 C	<p>A maioria dos programas de computador realmente disponibilizam em sua barra de menus o menu chamado Ajuda, esta opção oferece ao usuário um manual de utilização do produto que permite encontrar facilmente informações de uso dos comandos e funcionalidades. Como a Internet possibilita consulta fácil e rápida, muitas vezes quando o usuário pede ajuda as informações são requisitadas ao site do fabricante do programa para oferecer o suporte que o usuário precisa.</p>									
36 E	<p>O Word 2003 realmente oferece uma opção chamada Dicionário de Sinônimos, ela oferece suporte de idioma permitindo a pesquisa de sinônimos a serem usados no texto em edição, porém o que torna esta questão errada é o fato de que a opção Dicionário de Sinônimos não se encontra no menu Editar, ela é acessível através do menu Ferramentas.</p>									
37 C	<p>A frase A saúde do povo é objeto de inequívoca responsabilidade social constitui título adequado para a mudança que, nessas imagens, se expressa. Atualmente, um dos pontos que se acredita em gerar longevidade para os ambientes sociais é a responsabilidade social.</p>									
38 E	<p>A alternativa está errada porque ocorreu no caso narrado o instituto da reversão (ao invés da readaptação, com escrito no enunciado). Como visto em sala de aula, a reversão é o retorno do aposentado ao exercício da função, enquanto a readaptação é o encaminhamento de um servidor em exercício para outra função, em razão de superveniência de doença ou deficiência que o impediu de permanecer na função antiga. Assim, o servidor aposentado por invalidez que obtém a cura da doença que motivou a aposentadoria volta ao trabalho por meio da reversão.</p>									



39 C	O enunciado está correto, sendo cópia fiel do disposto no artigo 116, da lei n.º 8.112/90, que determina, dentre outras coisas, ser dever do servidor público atender com presteza o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo .
40 C	O enunciado está correto. Como visto em sala de aula, a remuneração do servidor público é composta pelos vencimentos + as vantagens. No entanto, essa regra precisa ser analisada com reserva, porque, em verdade, dentre as vantagens, apenas algumas gratificações e alguns adicionais podem se incorporar ao vencimento. Quanto às verbas indenizatórias (seja qual indenização for) a característica é a de que em nenhuma hipótese se incorporarão ao vencimento.
41 E	O enunciado está incorreto. Isto porque a licença para capacitação – que realmente só pode ser solicitada a cada quinquênio (cinco anos) – não gera direito subjetivo ao servidor. Isto quer dizer que a Administração Pública não está obrigada a conceder esse tipo de licença, sendo, portanto, um ato discricionário (pautado na conveniência e na oportunidade). O artigo 87, da Lei n.º 8.112/90, diz expressamente que a licença para capacitação será concedida no interesse da administração .
42 C	O enunciado está correto. Esclareça-se, primeiramente, que a lei, em seu artigo 98, determina que será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. Sendo assim, o Estatuto permite que o Servidor Público estudante tenha direito, a título de concessão, de não trabalhar nos horários que coincidam com suas aulas. No entanto, o §1º, do mesmo artigo, é expresso no sentido de que esse Servidor deverá compensar o horário de trabalho perdido em outros dias. Portanto, resta claro que o pedido do servidor Renato, descrito no enunciado, está em desconformidade com a lei, já que ele tinha o intuito de faltar ao serviço nos horários de trabalho que coincidiam com suas aulas, bem como ser autorizado a não compensar essas ausências (o que é proibido pela lei). Destarte, agiu corretamente o Administrador ao indeferir o pedido de Renato, nos termos solicitados.
43 E	A afirmação desta questão é totalmente inverídica, antivírus e firewall não têm finalidade de tornar uma mensagem ou informação confidencial. O fato de o computador estar em uma Intranet ou não também não faz diferença, pois uma mensagem de correio pode ser enviada tanto de um computador individual ligado a Internet como de um computador que esteja conectado a uma Intranet. Para se enviar uma mensagem confidencial com garantia de que não será violada, deve-se utilizar no computador emissor mecanismos de criptografia que codifiquem a mensagem para torná-la ilegível a pessoas não autorizadas.
44 C	Tanto usuários do sistema operacional Windows como do sistema operacional Linux podem ter instalados em seus computadores programas que permitem a recepção e a transmissão de mensagens de texto via correio eletrônico.
45 E	O INSS surgiu pelo Decreto 99.350/90, resultante da fusão do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social) com o INPS (Instituto Nacional da Previdência Social).
46 E	O Governo Federal é representado pela Gerência Executiva e existem critérios, como aqueles previstos no §2º do art. 296 do Decreto 3048/99, dependendo da cidade, se há mais ou apenas uma Gerência-executiva.
47 E	As contribuições da Seguridade Social estão previstas no art. 195 e as contribuições do sistema S não estão, logo, de acordo com art. 240 da CF estas contribuições não têm natureza previdenciária, não servindo para custear o sistema da Seguridade Social.
48 C	<div style="text-align: center;"></div> <p>Como $P \subset U$, sabemos que todo funcionário do INSS ($P(x)$) deverá, necessariamente, ser funcionário público (U). Assim, a afirmação $\forall x P(x)$, que indica que todo funcionário público deverá ser funcionário do INSS é Falsa.</p>



49 E	<p>(i) $\forall x$(se $Q(x)$ então $P(x)$): “Se tem mais de 35 anos de idade, então é funcionário do INSS”, esta frase não tem o mesmo significado que o enunciado.</p> <p>(ii) $\forall x(P(x)$ ou $Q(x)$): “Ou é funcionário do INSS ou tem mais de 35 anos de idade”, esta frase não tem o mesmo significado que o enunciado</p> <p>(iii) $\forall x$(se $P(x)$ então $Q(x)$): “Se é funcionário do INSS então tem mais de 35 de idade”, esta frase tem o mesmo significado que o enunciado</p>
50 C	<p>Realmente a sequência de ações descritas nesta questão resulta em duas aplicações consecutivas de 2% de juros sobre um valor qualquer contido na célula B2 apresentando o resultado em B4. Ao multiplicar o conteúdo de B2 por 1,02 ($=B2*1,02$) estamos aplicando 2% ao conteúdo de B2. Ao elevar 1,02 a potência 2 ($=B2*1,02^2$) o Excel irá resolver a conta levando em consideração as prioridades da matemática, ou seja, primeiramente resolverá 1,02 elevado a 2 e depois multiplicará por B2. Lembre-se, asterisco é operador de multiplicação e circunflexo de potenciação.</p>
CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES: Professor Marco Sena	
51 C	<p>Atualmente, tem-se que o que norteia a administração pública é o seu processo de descentralização. Lembre-se que tal processo, significa a transferência de poderes e/ou competências entre pessoas coletivas de direito público diferentes, ou seja, entre distintas entidades públicas, cujo propósito é melhor prestar serviço à coletividade. A questão deixa claro, um dos objetivos desse intento, que é dotar a administração pública de maior agilidade no processo decisório.</p>
52 E	<p>Tal questão faz uma abordagem sobre os tipos de departamentalização. Para isso, deve-se ter conhecimento sobre o contexto dentre as funções de administração, mais especificamente sobre “Organização”, lembrando que as demais funções são dirigir, controlar, planejar. Assim, tem-se que Departamentalização é o agrupamento, de acordo com um critério específico de homogeneidade, das atividades e correspondentes recursos (Humanos, Materiais e Tecnológicos) em unidades organizacionais. A “departamentalização” é uma característica típica das grandes organizações podendo apresentar tipos como :Departamentalização por funções ;por produtos e serviços ;por localização geográfica ;por clientes ;por fases do processo (ou processamento);por projetos. No caso o correto é lembrar da departamentalização por produto ou serviço, onde há um agrupamento de especialidades de atendimento, e não de funções. Um exemplo de departamentalização por funções ou dito funcional é dividir a empresa em departamentos de Marketing, Recursos Humanos, Financeiro, Produção, etc... A resposta correta implica no entendimento de que se trata de uma departamentalização nos moldes de um banco, onde a prestação de serviços se dá através de suas operações em contas corrente, câmbio, cobrança, empréstimos, e etc. Isso melhora a coordenação interdepartamental, apesar de ser um tanto mais custoso, já que temos a reunião de especialidades.</p>
53 C	<p>A questão pode confundir o candidato, por conta da sua clareza e sua condição de lógica. Normalmente, em situação de concurso, o candidato nervoso imagina que fatores críticos de sucesso, seja algo que a empresa deseja atingir. Mas é o contrário. Fatores críticos de sucesso, são todas as premissas, todas as atividades ou ações que uma instituição pública ou privada pode ter que influenciam diretamente o desempenho da empresa, em relação às suas metas empresariais e a manutenção de suas vantagens competitivas. É algo que é analisado dentro de um planejamento estratégico, sendo facultado seu levantamento dentro dos pontos fortes da instituição. Portanto, fatores críticos são as variáveis que se relacionam ao ramo de negócio como um todo, sendo algo específico da empresa.</p>
54 C	<p>Vários são os autores que estabelecem diferenciações quanto as partes que compõem uma prestação de serviço. Porém, a questão simplesmente observa se o funcionário é um ente de mediação entre as finalidades de uma instituição pública e as necessidades do usuário. Ainda que utilizando de sinônimos, esse deve ser o entendimento do candidato, de tal forma que a questão está correta.</p>
55 C	<p>Infelizmente, é o tipo de questão que realmente causa uma dúvida extrema. Trata-se de algo que está incompleto, pois não somente o que está no enunciado, apesar de verdadeiro, como também o ambiente físico (instalações), as dimensões, as cores do referido ambiente (pintura), a decoração, o mobiliário, ou seja os aspectos estruturais do serviço e sem esquecer, o aspecto da postura do atendimento (detalhado na questão). A dica da questão está no texto quando cita “...necessidade tem múltiplas facetas e a visibilidade de uma delas se expressa nas queixas frequentes de usuários-consumidores. Lembre-se da realidade de muitos hospitais públicos que sequer tem leitos suficientes para atendimento.</p>



56 C	Sim, pois demonstra um comportamento ético na exata razão que ela defende os direitos e garantias dos indivíduos em geral. A dúvida do candidato pode recair sobre a questão da proporção. Mas trata-se de um critério que a empresa pode prescindir, considerando que a lei não estabelece questões referentes ao sexo dos portadores de necessidades especiais.
57 E	Uma questão a meu modo de ver bem fácil de ser respondida. Veja: A responsabilidade social não se restringe ao relacionamento com públicos específicos, mas envolve uma interface com todos os públicos de interesse. E quem são esses públicos de interesse? Toda a sociedade, organizada ou não. Isso se dá, pois envolve a conduta ética, as práticas comunitárias, o relacionamento com os públicos, os cuidados com o meio ambiente, dentre outras. Lembra-se que a responsabilidade social, em seu próprio conceito, estabelece um conceito segundo o qual, as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Com base nesse pressuposto, a gestão das empresas não pode, e/ou não deve, ser norteada apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das mesmas, mas também pelos de outros detentores de interesses como, por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral.
58 C	A norma SA 8000, é uma norma internacional de avaliação da responsabilidade social para empresas fornecedoras e vendedoras, baseada em convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em outras convenções das Nações Unidas (ONU). As ações para se conseguir essa certificação em nada tem de relação com o conceito de ética, que é a valoração da conduta humana em consonância com os conceitos de bem e mal, numa determinada sociedade. Portanto, não há como se limitar a um ou outro aspecto empresarial, como por exemplo, somente primar pela não discriminação de sexos dentro da organização, mas também trabalhar com outros contextos, como liberdade de sindicalização, transparência na forma de remuneração dos funcionários, etc.
59 C	Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. O Relatório Financeiro também traz uma série de informações sobre receitas e despesas realizadas. Mediante a estes instrumentos, a administração pode tomar decisões que estabelecem novos rumos (desígnios) que podem inclusive, determinar sua continuidade ou não. Por isso o uso do termo estratégico.
60 E	Essa questão envolve uma contexto sobre boas maneiras, e relações humanas no atendimento ao público. Fica evidente, portanto, que cabe ao servidor a correta orientação dos segurados, sob pena de receber até uma advertência (Lei 8.112/90, artigo 117) no não cumprimento de atendimento com presteza e atenção.
61 E	Não há como ser impessoal em uma tomada de decisão, por exemplo. O planejamento é um ato que trabalha a perspectiva humana. O controle depende da avaliação humana, assim como a organização também o é. A questão é interessante, pois testa o candidato, quando relaciona o que um servidor tem como princípios que norteiam a Administração Pública, expresso no artigo 37 (caput) da Constituição Federal de 1988, que é o princípio da impessoalidade, onde o servidor deve atuar com vistas a não prejudicar ou beneficiar entes ou pessoas considerando o interesse público, com funções que são próprias ao ser humano. Portanto, isso pode causar uma dúvida.
62 E	Começamos pelo fato de que plano não é planejamento. Só a palavra planejar, significa “Criar um esquema para agir” e planejamento significa “Formulação sistemática de objetivos e ações alternativas e a escolha da melhor ação”. Já o plano, significa um composto de ações e procedimentos necessários para o controle e gerenciamento de situações que podem causar, inclusive, uma paralisação nas operações de um órgão público ou de uma <u>empresa</u> . A diferença fundamental entre o planejamento para o presente (“hoje para hoje”) que é chamado mais apropriadamente de plano, e o planejamento para o futuro (“hoje para amanhã”) (eu disse planejamento) não corresponde somente à diferença comum entre curto e longo prazos, mas também no fato no qual o plano de curto prazo não passa de um mero exercício detalhado sobre operações e orçamento feito no contexto de uma posição de momento esperada para curto prazo. E o Planejamento, dito aqui por tratarmos em nossas aulas de estratégico, mais que um documento estático, deve ser visto como um instrumento dinâmico de gestão, que contém decisões antecipadas sobre a linha de atuação a ser seguida pela organização no cumprimento de sua missão. Então, um planejamento contém vários planos. E no caso da questão, a programação de tempo de espera é algo que trabalha com um plano, que por sua vez, pode ou não participar das ações de um planejamento.



63 C	A qualidade do atendimento ao cidadão deve ter como referenciais padrões de atendimento, pesquisa de satisfação, atendimento integrado e a simplificação ou desburocratização dos processos. Considerando estes referenciais verifica-se que o atendimento ao público segue um padrão estabelecido a partir de informações focadas nas situações relacionadas ao procedimento, isto é, no âmbito do diagnóstico do que é exigido para determinada situação. Inclusive, pode-se verificar isso nos hospitais que elaboram protocolos para atendimento exatamente para evitar desintonias e de certa forma proteger o interesse público, tanto do usuário quanto da própria administração. Certamente, o processo de estabelecimento dos protocolos, por exemplo, se dá a partir de critérios que deverão ser indicados ou prescritos pela própria administração. Melhor que os mesmos permitam ao administrador e ao prestador do serviço a melhor opção de atendimento e ao administrador a melhor oportunidade de tomada de decisão.
64 E	A dica nessa questão, que também surte muitas dúvidas, está na parte do enunciado que diz: ...em virtude da variabilidade de opções Portanto, a prestação de serviço necessita que seus servidores se moldem ao tipo de situação vigente, para o efetivo atendimento. Aqui, a dúvida recai, sobre o formalismo que é exigido do servidor na manutenção correta de se prestar um bom serviço. Porém, vale lembrar novamente, que a ausência dessa condição, identifica a falta de um perfil adequado para o profissional de atendimento, onde nem tudo está ou pode estar descrito em manuais ou instruções normativas. Assim, o servidor deve adaptar o atendimento público ao fato de que ele deve seguir a orientações pré estabelecidas, envolvendo identificação de situações, sabendo que deve seguir a uma postura de atendimento.
65 C	O candidato pode ter dúvidas nessa sequência, a partir do termo cotejamento que significa Confrontar, comparar, colacionar, acarar, acarear, contrapor, contrastar. Por exemplo: A companhia sempre COTEJA os bilhetes de passagem antes de liberar os aviões., pretendo cotejar as assinaturas das provas com as da lista de presença.... Porém, esta é a sequência do deve ser feito pelo atendimento, onde há pesquisa sobre o perfil de usuários, o registro (e controle) de documentos, emissão destes, orientação dos usuários e arquivamento (também para controle) de dados e informações. Portanto, esses são elementos do bom atendimento.
66 C	A questão busca também testar a certeza do candidato em relação à questão de uma causa pelo seu efeito, aplicado ao contexto do atendimento público. É razoável lembrar, que o INSS tem suas normas baseadas em uma rotina de trabalho que pode até ser complexa, porém, é feita para manter padrões de segurança nessa prestação de serviço. Além de exigir do candidato o conhecimento sobre o contexto de atendimento público, a questão também faz menção ao modelo burocrático, que busca tratar procedimentos padrões para fazer frente a variações que possam ocorrer. Tal medida visa tratar TODOS de maneira igual.
67 C	A questão é muito clara. A governabilidade, é o conjunto de condições necessárias ao exercício do poder. Compreende a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema partidário e o equilíbrio entre as forças políticas de oposição e situação. Diz respeito à capacidade política de decidir. A Governabilidade expressa a possibilidade em abstrato de realizar políticas públicas. Portanto, é um ente abstrato, que também pode querer dizer, nesse caso, articulação.
68 E	O termo patrimonialismo diz respeito à forma como é exercida o poder público, onde seus detentores faziam uso particular desse poder, ou seja, não há como distinguir o patrimônio privado do patrimônio público. Segundo Romualdo Flávio Dropa retirado de seu texto intitulado Reforma do Estado e Reforma Administrativa, trata do Estado Burocrático, fortemente centralizador e intervencionista e, ao mesmo tempo, de uma classe empresarial altamente dependente de autorizações, proteções e favores oficiais. Nascido para combater o "patrimonialismo" e o "coronelismo", o Estado Burocrático, entretanto, dava lugar ao "clientelismo". Getúlio Vargas ganha a imagem de um "grande coronel nacional", um "pai dos pobres" e "defensor", preocupado em defender o povo de seus inimigos e provê-los através de uma visão paternalista. Portanto, é sempre bom saber os termos que são designados para sistemas de administração pública. Hoje, o sistema utilizado é Gerencialismo, marcado pelo fato de interesse pela descentralização, delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público (apostila Sólon).
69 E	Trata-se de uma resposta que ao estabelecer o termo "restringe-se", ou seja, limita-se, já chama atenção do candidato, pois uma reforma de Estado; no caso do nosso Estado, não há como esquecer que a última Reforma propiciou, por exemplo, o surgimento das Agências Autônomas. Portanto, a questão está errada.



70 C	O conceito de governabilidade, normalmente é estudado junto com governança. E a questão versa sobre esse último. Ela está correta, cabendo ao candidato lembrar do conceito da mesma e não se confundir com o outro termo que é muito próximo. Portanto, Governança é a competência do governo de praticar as decisões tomadas ou, em outras palavras, a capacidade de governo do Estado. Envolve a disposição institucional pela qual a autoridade é exercida, de modo a propiciar as condições financeiras e administrativas indispensáveis à execução dos arranjos que o governo adota.
71 E	Na verdade, a Comunicação Institucional tem como objetivos: intermediar o relacionamento entre empresa/instituição/funcionários/consumidor; definir objetivos de comunicação interna e externa da instituição; planejar, elaborar e implantar políticas de comunicação; avaliar os resultados destas políticas; proporcionar interação com o grupo interno e externo; desenvolver projetos de comunicação de diferentes mídias; criação e edição de publicações internas e externas como jornais, revistas, manuais, folders, informativos entre outros; efetuar realizações de eventos e com a utilização de técnicas de gestão e marketing; gerenciamento da comunicação em situação de crise; realizar pesquisa de impacto de produtos da empresa no mercado. Verifique também, que essa resposta vem a corroborar com a resposta da questão número 72.
72 C	Um dos principais objetivos da comunicação institucional é o estabelecimento de relações duradouras com seus públicos. Isso é possível através de ações personalizadas e segmentadas, tomando como base à análise periódica das informações obtidas através de questionários e relatórios aplicados na empresa, objetivando identificar as necessidades dos clientes ou usuários. Os itens elencados na que questão, constituem uma espécie de ferramenta, na qual a comunicação institucional visa atingir todos os públicos envolvidos na organização (internos (funcionários) e externos(usuários)).
73 E	O problema da questão, que só o que ela fez ao estimular seus funcionários a participar de mutirões comunitários, e distribuição de folhetos, é uma pequena parcela do que uma empresa pode fazer frente à gestão da Responsabilidade Social. Nesse caso, a empresa poderia estar adotando atitudes de abrangência maior, como disponibilizando um espaço para a comunidade local fazerem suas atividades, ainda que em dias específicos; a empresa poderia estar gerenciando esforços no sentido de construir uma unidade habitacional para educar jovens dessa comunidade... portanto, é muito pouco o que a empresa fez. Se ao menos ela dispensasse parte do horário de trabalho dos funcionários, como também observasse os outros exemplos, então ela estaria trabalhando com RS. O candidato aqui, tem de estar atento ao conceito de RS.
74 C	Só o nervosismo impede o candidato a marcar ou considerar essa questão como correta. Inclusive, pode-se, a partir dela estabelecer uma variante, através da pergunta, se nesse caso, admite-se a aplicação de princípios de ética nos negócios e de responsabilidade social? Para a pergunta a resposta também é sim.
75 E	O problema dessa questão está no fato que ela inverte os valores que o conceito de responsabilidade sócio ambiental traz. Trata-se de um conjunto de ações que promovam o desenvolvimento em comprometimento com o meio ambiente e áreas sociais como a fome e o direito ao lazer. Perceba que nesse caso não foi colocado a maximização de lucro, pois no caso da RSA (responsabilidade sócio ambiental) o importante mesmo, é a longevidade das operações da empresa, calcadas em uma relação cordial com a população de entorno à uma fábrica, ou mesmo com seu público consumidor. Portanto, a questão pede muito mais para se tornar verdadeira.
76 E	Aqui, cabe ao candidato conhecer um pouco as atribuições do IBGE, que é uma fundação pública da administração federal brasileira criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística; que tem atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, e para outras instituições e o público em geral. No caso da questão, esses indicadores refletem como a empresa está se comportando em relação a seu programa de responsabilidade social, ou seja, desde os resultados conseguidos, até aos recursos aplicados. Não é de competência do IBGE, estabelecer esses números como tão pouco, controlá-los.
77 C	De fato. O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90), em seu artigo 42 estabelece: “Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça”. Realmente, deixar de recolher o esgoto da casa do cidadão é procedimento público que expõe a pessoa a constrangimento em sua vizinhança.



78 E	<p>O CDC (Código de Defesa do Consumidor) não é omissivo na reparação de informação de dados do consumidor.</p> <p>O artigo 43 do CDC define que o consumidor “terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes”.</p> <p>O parágrafo 3º ainda estabelece que “O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas”.</p>
79 C	<p>Aqui o candidato deve ter conhecimento sobre o termo ergonomia. A Ergonomia é uma ciência interdisciplinar. Ela compreende a fisiologia e a psicologia do trabalho, bem como a antropometria e a sociologia no trabalho. O objetivo prático da Ergonomia é a adaptação do posto de trabalho, dos instrumentos, das máquinas, dos horários, do meio ambiente às exigências do homem. A realização de tais objetivos, propicia uma facilidade do trabalho e um rendimento do esforço humano. A título de exemplificação, Cláudio deverá observar além da sua postura, altura da tela do computador, o tipo de cadeira na qual trabalha, os apoios para os cotovelos, o suporte para os pés, dentre outros itens.</p>
80 C	<p>A resposta envolve noções sobre a aplicação prática de ergonomia e segurança do trabalho. Portanto, qualquer que seja o produto químico utilizado, que resulte em algum impacto ao corpo humano, deverá ter algum mecanismo que melhore a condição do ambiente. A questão também, faz relação ao contexto do que seja qualidade de vida no trabalho.</p>
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Professora Regina Célia	
81 E	<p>Item errado porque Beatriz vive e trabalha em Brasília e a lei 8212/91 diz que será individual: o brasileiro que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social (mais benéfico).</p>
82 E	<p>Otávio é segurado do RGPS porque mesmo aposentado, voltando a trabalhar deverá contribuir por ser tributo.</p>
83 C	<p>Previsão da lei 8212/91.</p>
84 E	<p>Aparecida (que faz parte da família) não será especial porque exerce outra atividade.</p>
85 X	<p>Item anulado após análise de recursos.</p>
86 E	<p>A atividade não é controlada pelo judiciário, então, se não houver regime próprio, deverá recolher pelo RGPS.</p>
87 C	<p>Porque pode ser considerado empregador, então, será individual.</p>
88 E	<p>O síndico com remuneração será individual, pois não é empregado do condomínio.</p>
89 C	<p>Como é domiciliado, é brasileiro nato, e se trabalha para empresa nacional que o contratou será considerado empregado.</p>
90 C	<p>É obrigatório para contagem de tempo. (lei 8212/91).</p>
91 E	<p>Assistência Social não depende de custeio prévio, nem contribuição (Art. 203 CF).</p>
92 E	<p>Não se aplica o princípio da anterioridade (tributo criado no exercício anterior) para as contribuições sociais da previdência.</p>
93 E	<p>O Segurado facultativo manterá esta condição só por 6 meses após cessar as contribuições.</p>
94 C	<p>Enquanto recebe o benefício não perde a condição de segurado.</p>
95 C	<p>Porque como empregada a filiação é pelo PIS e como individual é pelo NIT.</p>
96 C	<p>Não são mais dependentes porque não são mais cônjuges (lei 8212/91 e decreto 3048).</p>



97	E	O Prazo será por até 12 meses após o livramento.
98	C	Este valor não é PLR, pois de acordo com a lei específica, esta é paga pelo balanço anual, e quando negociada em norma coletiva, o valor da questão é uma forma de salário disfarçada(ou percentuais).
99	E	As diárias que ultrapassam 50% do salário do empregado integram o salário de contribuição (art. 28 Lei 8212/91).
100	C	Salário maternidade integra o salário de contribuição (art. 28 Lei 8212/91).
101	C	Quando o vale transporte é depositado de uma só vez(mensal) e sem o desconto da parte do empregado integra o salário de contribuição (porque não foi pago corretamente).
102	C	Como a previdência é paga só a um setor como incentivo, perde sua natureza integrando o SC (deveria ser devida para todos da empresa e não como incentivo só para um setor, pois isto é prêmio).
103	C	ATENÇÃO, COM ALTERAÇÃO DE 2008 O AV INDENIZADO INCIDE CONTRIBUIÇÃO.
104	C	PREVISÃO EXPRESSA DA LEI 8212/91 EM SEU ART. 28 E LEI 8213/91 sobre o cálculo do SB.
105	E	Porque quando a causa do afastamento for acidente independe de período de carência (art. 59 e segts lei 8213/91).
106	E	É necessário a primeira contribuição para início da contagem de tempo.
107	E	Como ela foi filiada somente há três meses, não tem como fazer o recolhimento retroativo a filiação (ver art. 18 Decreto 3048/99).
108	C	Segurado especial só precisa comprovar o tempo no trabalho em Âmbito rural e receberá um sal. mínimo.
109	E	Salário-família não tem carência (art. 65 Lei 8213/91).
110	C	Filhos inválidos não têm limite de idade (Lei 8213/91).
111	E	Paulo é dependente da classe II e como Raquel é da classe I, Paulo só seria dependente se não existisse ninguém da classe I(Lei 8212/91).
112	E	O irmão é da classe III e como os pais são da classe II, somente na inexistência destes é que o irmão seria dependente perante a previdência (lei 8213/91).
113	C	Menor sob guarda não é considerado dependente para a previdência (lei 8213/91).
114	E	Os pais são dependentes da classe II e como o filho é da classe I, os pais só seriam dependentes se não existisse ninguém da classe I (Lei 8212/91).
115	C	Os domésticos não tem direito ao salário família (art. 65 Lei 8213/91).
116	X	ITEM ANULADO após análise de recursos.
117	E	Os dois têm direito ao salário família, pois é analisado cada contrato de trabalho separadamente (art. 65 e segts Lei 8213/91).
118	C	O tempo para aposentadoria só pode ser provado por testemunha em casos extremos que obtenha provas notórias, como o testemunho de uma autoridade policial.
119	E	Não, porque a aposentadoria do professor não é como a especial que possui uma tabela, apenas se admite a aposentadoria 5 anos mais cedo se o professor completar todo o período previsto na aposentadoria por contribuição (art. 52 e segts Lei 8213/91).
120	C	É necessária a certificação do órgão Previdenciário em que a pessoa recolheu em outro regime.



121	C	Ele recolhia como PSPS que admite um recolhimento em um percentual menor, mas exclui o direito a aposentadoria por contribuição, mas não é vitalícia, o que significa que aqueles que optarem pelo plano simplificado podem, a qualquer tempo, voltar a contribuir com 20%, bastando alterar o código de pagamento na GPS.
122	E	De acordo com art. 29 Lei 8213/91 será a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
123	E	O auxílio acidente não possui carência (art. 86 Lei 8213/91).
124	E	Doméstica não tem direito a auxílio-acidente (art. 86 Lei 8213/91).
125	C	O salário maternidade será devido somente a quem adotar crianças até 08 anos (art. 71-A Lei 8213/91)
126	E	Não importa a quantidade de filhos, o salário maternidade é devido em razão da incapacidade da segurada para o trabalho, então receberá apenas um (art. 71 e segts Lei 8213/91).
127	C	O salário maternidade será devido pela remuneração total da segurada (Art. 71 e segts Lei 8213/91).
128	C	Como já havia um mês de contribuição quando ficou grávida, o salário maternidade terá o período de carência diminuído da proporção do parto prematuro (art. 71 e segts Lei 8213/91).
129	C	Segurada especial só tem que comprovar o exercício no âmbito rural, não precisa provar contribuição (art. 71 e segts Lei 8213/91).
130	C	Só teria direito aos 25% se tivesse perdido uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível (Decreto 3048/99).
131	E	Todos serviços são obrigatórios, exceto cirurgia e transfusão de sangue porque violam o direito fundamental à integridade física.
132	C	Se o segurado não é mais inválido e retorna ao trabalho, o benefício cessa imediatamente (Art.42 e segts).
133	E	O recebimento do auxílio-doença não é pré-requisito para recebimento da aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for total recebe este último direito.
134	C	Os benefícios contam como tempo de contribuição.
135	E	Só é permitido a conversão de tempo em contato com agentes nocivos para aposentadoria normal, mas ao contrário, não é permitido (Art. 57 e segts Lei 8213/91).
136	C	Somente com a apresentação do PPP que a pessoa recebe aposentadoria especial (art. 57 e segts Lei 8213/91).
137	E	Somente com PPP e dependendo da função que exerce é que recebe a aposentadoria especial
138	C	Os filhos são considerados dependentes até 21 anos e não havendo mais nenhum, extingue o benefício (art. 74 e segts Lei 8213/91).
139	E	Inexiste carência na pensão por morte (art. 74 e segts Lei 8213/91).
140	E	<u>DEVERIA SER ANULADO O ITEM:</u> A ASSERTIVA ESTÁ CERTA POIS ESTÁ DE ACORDO COM ART. 74, II LEI 8213/91; Não entendemos o que o organizador Cespe/UnB quis interpretar.
141	C	Prazo para requerer benefício é de 30 dias : (§ 1º DO ART. 60 Lei 8213/91).
142	E	A partir do 16º dia de afastamento (art. 59 e segts Lei 8213/91).
143	E	A princípio a questão estaria correta, porém, de acordo com art. 118 Lei 8213/91 a estabilidade no emprego inicia da cessação do auxílio-doença, e não, necessariamente do retorno as atividades (pegadinha).



144	C	Os serviços são obrigatórios, salvo cirurgias e transfusão de sangue.
145	E	A questão não especificou que a família se encaixava no critério da baixa-renda, então, só o fato de ter sido preso não enseja o benefício.
146	C	Estes benefícios não se acumulam (ATENÇÃO, O PRESO NÃO RECOLHE MAIS COMO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL – ALTERAÇÃO DA LEI).
147	E	Não se acumula duas pensões por morte (lei 8213/91).
148	C	O auxílio-acidente cessa com a aposentadoria, não é mais vitalício (art. 86 Lei 8213/91).
149	C	Estes benefícios não se acumulam, ela terá que optar por um dos dois. (Lei 8213/91).
150	C	Quando o auxílio-acidente for por outra causa, pode se acumular com auxílio-doença oriundo de outra causa (§ 3º do art. 86 da Lei 8213/91).

😊 É isso aí!